

N.F. Nº - 232185.0009/21-1
NOTIFICADO - BRASMÁQUINAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E IRRIGAÇÃO LTDA
NOTIFICANTE - MARCOS GOMES LOPES
ORIGEM - DAT SUL/INFAZ SERTÃO PRODUTIVO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.03.2022

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0039-06/22NF-VD

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÃO NÃO TRIBUTADA ACOBERTADA POR NOTA FISCAL COM DESTAQUE DE IMPOSTO. Constatado destaque indevido de imposto em documento fiscal, referente à operação de “SIMPLES FATURAMENTO VENDA ENTREGA FUTURA”. Contribuinte comprova pagamento do imposto exigido no prazo legal, extinguindo o débito tributário. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 31/03/2021, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$5.371,39, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 02.01.04: deixou de recolher no prazo regulamentar ICMS correspondente a imposto destacado em Notas Fiscais relativas a operações não tributadas, possibilitando ao adquirente a utilização do crédito.

Enquadramento Legal: art. 32 e art. 44, inciso II, alíneas “d” e “f” da Lei nº 7.014/96 c/c art. 55, parágrafo único do RICMS/BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Tipificação da multa: alínea “c”, inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 12/25), por meio de representante, inicialmente reproduzindo o conteúdo da acusação fiscal, para em seguida afirmar que o valor do imposto destacado na nota fiscal, mesmo se tratando de operação não tributada, foi pago, conforme guia de pagamento e livros fiscais de apuração da empresa anexos à defesa. Ressaltando que o pagamento é anterior à data de lavratura da Notificação Fiscal.

Finaliza a Impugnação requerendo a improcedência do lançamento.

Na Informação Fiscal (fls. 28 e 28v), o Notificante reproduz a acusação fiscal, bem como o conteúdo da defesa, esclarecendo: 1) que se trata de operação de simples faturamento em venda para entrega futura, que tem vedação de destaque do ICMS, conforme arts. 337, 338 e 339 do RICMS/BA, e 2) que o Contribuinte não fez qualquer prova que tenha levado a débito o valor erroneamente destacado na Nota Fiscal nº 18.712 (fl. 16).

Finaliza a Informação Fiscal opinando pela Procedência.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige ICMS do Notificado no valor histórico de R\$5.371,39 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento, no prazo regulamentar, de ICMS correspondente a imposto destacado em Nota Fiscal, relativa a operação não tributada, possibilitando ao adquirente a utilização do crédito. O documento que acobertou a operação foi a NF-e nº 18.712, emitida em 30/07/2018 e os produtos comercializados foram: “BOMBA MTN 200-150-315 GG VEDAÇÃO KSB; ROTOR BLOC 50-160 KSB e MB TRIF 380V 3500RPM 80-50-160 25 CV KSB”, destinados ao Contribuinte cuja razão social é HASANA EDELWEISS NUNES FERNANDES TEIXEIRA (947151).

Cabe registrar que a natureza da operação descrita na nota supramencionada foi “SIMPLES FATURAMENTO VENDA ENTREGA FUTURA (DE)”.

Inicialmente, cumpre destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal, foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Impugnante alega que o valor do imposto destacado na nota fiscal, objeto da autuação, mesmo se tratando de operação não tributada, foi pago, conforme guia de pagamento e livros fiscais de apuração da empresa. Ressaltando que o pagamento é anterior à data de lavratura da Notificação Fiscal. Finaliza requerendo a improcedência do lançamento.

Na Informação Fiscal, o Notificante esclarece: 1) que se trata de operação de simples faturamento em venda para entrega futura, que tem vedação de destaque do ICMS, conforme arts. 337, 338 e 339 do RICMS/BA, e 2) que o Contribuinte não fez qualquer prova que tenha levado a débito o valor erroneamente destacado na Nota Fiscal nº 18.712 (fl. 16).

Finaliza a Informação Fiscal opinando pela procedência.

Compulsando os documentos que compõem os autos constato:

1) que o Notificado anexou aos autos “PRINT” de tela de consulta realizada na sua Escrituração Fiscal Digital – EFD, concernente ao período de apuração de **01/07/2018 a 31/07/2018**, na qual consta o lançamento da Nota Fiscal nº 18.712 – REGISTRO – C100 – SAÍDA (fl. 18). Assim como, cópia de comprovante de recolhimento do ICMS REGIME NORMAL, código 759, efetivado em **09/08/2018**, no valor de R\$7.395,97, referente ao período de **julho/2018** (fl. 17). Cabendo inferir que o imposto exigido no presente lançamento foi recolhido.

2) que o Notificado, de fato, destacou indevidamente, ICMS na Nota Fiscal nº 18.712 (fl. 16), haja vista tratar-se de uma operação de simples faturamento de venda para entrega futura, contrariando, assim, disposição expressa no art. 337 do RICMS/BA, a seguir transcrita:

“Art. 337. Nas vendas para entrega futura poderá ser emitida nota fiscal com indicação de que se destina a simples faturamento, **vedado o destaque do ICMS** (Conv. S/Nº, de 15/12/70, e Ajuste SINIEF 01/87).”
(grifos nossos)

Cabe ressaltar que este destaque indevido torna o documento inidôneo, por conter declaração inexata, consoante art. 44, inciso II, alínea “d” do RICMS/BA, bem como representa uma infração à legislação, passível de aplicação de multa, nos termos do art. 42, inciso IV, alínea “a” da Lei nº 7.014/96, *in verbis*:

“Art. 44. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

(...)

II - inidôneo o documento fiscal que:

(...)

*d) **contiver declaração inexata**, estiver preenchido de forma ilegível ou contiver rasura ou emenda que lhe prejudiquem a clareza; ” (grifos nossos)*

“Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

(...)

IV - 100% (cem por cento) do valor do imposto:

(...)

a) quando a operação ou prestação estiverem sendo realizadas sem documentação fiscal ou com documentação fiscal inidônea; ”

Registre-se que a multa aplicada pelo Notificante foi a estabelecida no art. 42, inciso II, alínea “c” da Lei nº 7.014/96. Devendo portanto esta ser transmutada para a estabelecida no art. 42, inciso IV, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Ante o exposto, no presente lançamento, entendo cabível somente a exigência da multa.

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

VOTO DIVERGENTE

A Notificação Fiscal foi lavrada com a acusação do sujeito passivo, ter deixado de recolher no prazo regulamentar ICMS correspondente a imposto destacado em Notas Fiscais relativas a operações não tributadas, possibilitando ao adquirente a utilização do crédito.

O Notificado apresenta peça defensiva, solicitando a improcedência da Notificação Fiscal ao afirmar que o valor do imposto destacado na nota fiscal, mesmo se tratando de operação não tributada, foi pago, conforme guia de pagamento e livros fiscais de apuração da empresa anexos à defesa. Ressaltando que o pagamento é anterior à data de lavratura da Notificação Fiscal.

Analisando os documentos que compõem os autos constato que o Notificado anexou aos autos “PRINT” de tela de consulta realizada na sua Escrituração Fiscal Digital – EFD, concernente ao período de apuração de **01/07/2018 a 31/07/2018**, na qual consta o lançamento da Nota Fiscal nº 18.712 – REGISTRO – C100 – SAÍDA (fl. 18). Assim como, cópia de comprovante de recolhimento do ICMS REGIME NORMAL, código 759, efetivado em **09/08/2018**, no valor de R\$7.395,97, referente ao período de **julho/2018** (fl. 17). Cabendo inferir que o imposto exigido no presente lançamento foi recolhido.

Embora o Notificado, tenha de fato, destacado indevidamente, ICMS na Nota Fiscal nº 18.712 (fl. 16), haja vista tratar-se de uma operação de simples faturamento de venda para entrega futura, contrariando, assim, disposição expressa no art. 337 do RICMS/BA, entendo que o sujeito passivo conseguiu comprovar o recolhimento do ICMS no prazo legal, cumprindo sua obrigação principal, descaracterizando desta forma, a acusação fiscal de falta de recolhimento do ICMS no prazo legal, que motivou a lavratura desta Notificação Fiscal.

Diante do exposto voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por decisão não unânime julgar **IMPROCEDENTE** em instância ÚNICA a Notificação Fiscal nº **232185.0009/21-1**, lavrada contra **BRASMÁQUINAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E IRRIGAÇÃO LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 22 de fevereiro de 2022.

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/JULGADOR
VOTO DIVERGENTE

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR